

**Direito contra direitos? Uma polêmica do Largo de São Francisco na
Folha de S. Paulo: reflexões crítico-discursivas / *Law Against Rights? A
Controversy in São Francisco Square Written in Folha de S. Paulo:
Critical-Discursive Reflections***

Viviane de Melo Resende*

RESUMO

Neste artigo, apresento resultados de um projeto que, no contexto dos estudos críticos do discurso e da análise interdiscursiva de políticas públicas, focalizou representações do jornalismo online sobre as políticas públicas voltadas para a população em situação de rua. O projeto de pesquisa “Representação de políticas públicas para população em situação de rua como gestão do território: metáforas espaciais na *Folha de S. Paulo*” (CAPES 88881.172032/2018-01) foi desenvolvido na Universidade Pompeu Fabra, Espanha. Considerando o principal jornal da cidade de São Paulo, em sua plataforma digital, compilamos um *corpus* abrangente de notícias sobre a situação de rua publicadas em um período de três anos. A escolha por abordar especificamente os dados da *Folha de S. Paulo* se justifica por ser a cidade com maior população em situação de rua no Brasil. Também porque nosso estudo anterior mostrou que este é o veículo, entre os estudados, que mais publica notícias relacionadas a questões territoriais, que é agora nosso foco de investigação pelas categorias discursivas da metáfora e da representação de atores sociais. PALAVRAS-CHAVE: Estudos críticos do discurso; Metáfora; Representação de atores sociais; Situação de rua; *Folha de S. Paulo*

ABSTRACT

In this paper I present results of a project that, in the context of critical discourse studies and the interdiscursive analysis of public policies, focused on representations in online journalism regarding public policies aimed at the homeless population. The research project (CAPES 88881.172032/2018-01) was developed at the Pompeu Fabra University, Spain. Considering the main newspaper of the city of São Paulo, in its digital platform, we have compiled a comprehensive corpus of news about homeless situation published in a period of three years. The choice to specifically address data from Folha de S. Paulo is justified because it is the city with the largest homeless population in Brazil. Also, because our previous study has shown that this is the vehicle, among those studied, that publishes more news related to territorial issues, our focus of interest to investigate via the discursive categories of metaphor and representation of social actors.

KEYWORDS: *Critical discourse studies; Metaphor; Representation of social actors; Homeless situation; Folha de S. Paulo*

* Universidade de Brasília - UnB, Departamento de Linguística, Português e Línguas e Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Campus Darcy Ribeiro, Brasília, Distrito Federal, Brasil; CNPq, Proc. 303966/2020-3; CAPES, Proc. 88881.172032/2018-01; <https://orcid.org/0000-0002-7791-5757>; resende.v.melo@gmail.com

Introdução

O projeto de pesquisa “Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no jornalismo on-line” dedicou-se à análise de representações da mídia eletrônica de notícias sobre a população em situação de rua, com abordagem discursiva crítica e perspectiva decolonial. O grupo de pesquisa realizou análise documental, com auxílio de *software*, considerados os dados obtidos por busca temática nos portais de três veículos noticiosos. O mapeamento levou a mais de 750 textos, dos quais 456 foram publicados pela *Folha de S. Paulo* (MENDONÇA, 2019).

Um desdobramento daquela pesquisa foi o projeto de que agora apresento recorte (“Representação de políticas públicas para população em situação de rua como gestão do território: metáforas espaciais na *Folha de S. Paulo*”). Para este texto, considero um *corpus* reduzido de quatro artigos de opinião desse veículo, analisados em profundidade, sobre o fundo interpretativo do *corpus* ampliado. Nesse caso, ainda utilizando apoio do mesmo *software* de análise qualitativa, foram mapeadas as metáforas que promoveram significados de situação de rua e políticas públicas com foco no território urbano. Embora a categoria de representação de atores sociais não fizesse parte do escopo inicial, por isso não tendo sido mapeada com *software*, seu uso foi útil na microanálise sequencial dos textos.

Além desta Introdução e das Considerações finais, o artigo está organizado em quatro seções. Na primeira, “Colonialidade, modernidade e discurso”, discuto como a perspectiva da colonial-modernidade pode aprofundar a compreensão sobre a situação de rua e o discurso vinculado ao tema. Em “Situação de rua no jornalismo de notícias: metáforas em conexão à representação de atores sociais”, apresento o *corpus* para o artigo, e em “Sobre metáforas e métodos”, as estratégias analíticas escolhidas para a análise que construo em seguida, na seção “Colonialidade do ser e situação de rua: a polémica do Largo”. As considerações finais procuram retornar das análises desenvolvidas ao escopo teórico inicialmente apresentado.

1 Colonialidade, modernidade e discurso

Os estudos decoloniais definem como marco inaugural da modernidade as invasões europeias no continente americano no final do século XV. O sistema do mundo moderno-colonial ressalta, então, a dependência entre a acumulação de recursos que tornou possível a modernidade europeia e a superexploração de populações nativas racializadas.

Compreender a interdependência entre colonialidade e modernidade favorece não só um melhor entendimento do passado, mas também do presente, pois permite enxergar como o passado colonial chega aos nossos dias. Silvia Federici (2017) chama atenção para a contemporaneidade entre a caça às bruxas na Europa, a privatização das terras produtivas e a promulgação das Leis Sangrentas contra pessoas em situação de rua ou de mendicância na Inglaterra, a colonização de territórios e o extermínio de populações nas Américas, o início do tráfico de pessoas no Atlântico Sul.

Tudo isso possibilitou a instituição do capitalismo e a sedimentação de práticas que sustentam o modo de produção e suas relações. Para Quijano (2010, p.84), a colonialidade é elemento constitutivo do poder capitalista, pois nas relações coloniais impôs-se “uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder”. Também as relações sociais e de gênero são profundamente impactadas nesse período inicial da colonial-modernidade, pois é quando se monetiza o trabalho e se desqualifica o feminino, como explica Federici (2017).

A mesma autora nos conta, com base em estudos históricos, que nesse período se vê radicalmente transformada a santificação da pobreza como discurso preferencial da Igreja sobre a questão – como nas pregações sobre Lázaro, ou em Lucas: mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que uma pessoa rica entrar no reino de Deus. Com novos matizes para tratar a pobreza e a mendicância, instituiu-se a noção do ‘pobre merecedor’, quando a igreja passou a afirmar que somente a “pobreza voluntária”, por seu valor de renúncia, teria mérito. Conforme a historiadora (FEDERICI, 2017, p.73),

isso significava que agora apenas seria oferecida ajuda aos ‘pobres que merecessem’, isto é, aos membros empobrecidos da nobreza e não aos que mendigavam nas ruas ou nas portas da cidade. Esses últimos eram vistos cada vez mais como suspeitos de vadiagem ou fraude.

Todo um discurso de criminalização da pobreza e de suspeição da sinceridade da carência foi cuidadosamente construído desde então, e segue central na ordenação das relações de classe até os nossos dias (AVILA; MOLINA, 2017). Federici (2017, p.158) recolheu dois testemunhos do século XVII em que burgueses registraram seu desconforto com a miséria alheia: um homem de Veneza, em meados do século XVII, escreveu que “Não se pode caminhar pela rua ou parar numa praça sem que as multidões nos rodeiem pedindo caridade: vemos a fome estampada em seus rostos, seus olhos como anéis sem joia, o estado lamentável de seus corpos, cujas peles têm apenas a forma de seus ossos”; e um médico de Bérgamo registrou “O ódio e o terror engendrados por uma multidão enlouquecida de gente meio morta, que assedia as pessoas nas ruas, nas praças, nas igrejas, nas portas das casas, que torna a vida intolerável, além do fedor imundo que emana deles e do espetáculo constante dos moribundos”. São desta época os primeiros asilos para pobres, casas de trabalho que podem ser interpretadas como precursoras tanto dos abrigos públicos da assistência social quanto das prisões, com função disciplinadora para o trabalho.

Uma herança de sofrimento e morte foi causada pelo cercamento das terras produtivas na Europa e as consequentes guerras famélicas; pela racialização, escravização e extermínio de povos no Atlântico Sul; pela misoginia trazida da Europa. Por tudo isso, quando se fala em modernidade, é preciso resistir às narrativas otimistas sobre criatividade, comunicação, liberdade, que relativizam o sofrimento de milhares no mundo. As narrativas celebratórias da modernidade enfatizam os ganhos de uma minoria, naturalizando-a, como nos lembra Françoise Verger (2018).

Muitas vezes repetimos interpretações bastante posicionadas sobre modernidade como se fossem neutras, e deixamos de perceber que essas representações não nos interessam. Sobre isso, Amina Mama (2010, p.604) questiona que o continente africano, sendo o lugar geográfico onde a globalização tem seus efeitos mais perversos, é “difícil entender por que razão é que, em alguns dos grandes textos sobre a globalização, não é dada uma atenção séria a este continente construído por cinquenta e cinco nações e mais de oitocentos milhões de pessoas”.

Contra representações universalizantes e celebratórias, Grosfoguel (2018, comunicação pessoal) pondera que “a ‘modernidade’ não é um processo emancipatório, embora possa se mostrar assim quando vista acima das linhas abissais.

Vendo-se abaixo, nota-se um sistema de morte”. As linhas abissais referem-se à metáfora criada por Sousa Santos (2010) para se referir à exclusão radical de grupos humanos que parecem excluídos da humanidade. Mogobe Ramose (2010, p.208) explica que

o dogma da globalização neoliberal da economia contemporânea está orientado para a exclusão do ‘outro’, neste caso, em especial do outro ser humano. Tal orientação em direção à exclusão do outro é, de maneira fundamental e prática, uma negação da exterioridade. Negar a exterioridade do outro é, ontologicamente, equivalente a negar a sua existência: é igual a matá-lo.

É no discurso que se constrói o ‘outro’ como inexistente ou desimportante, o que inclui o trabalho da ideologia. Patricia Hill Collins (2016, p.106) argumenta que “tanto ideologias racistas como sexistas compartilham a característica comum de tratar grupos dominados – os ‘outros’ – como objetos aos quais falta plena subjetividade humana”. Para Maldonado-Torres (2007), o que define a colonialidade do ser é a produção ativa do ‘outro’ como inexistente. Retomando Fanon (2015) a respeito do espaço de não ser e da negação ontológica do ‘outro’, Maldonado-Torres (2007, p.257) pergunta-se sobre o significado de *damné*, e conclui que “o *damné* é o sujeito que surge em um mundo marcado pela colonialidade do Ser. O *damné*, como disse Fanon, não possui resistência nos olhos do grupo dominante. O *damné* também é invisível ou excessivamente visível”.

Para Ramose (2018) essa metáfora do olhar também serve para pensar a colonialidade pela diferença entre *ser visto* ou *ser detectado*. Populações nativas ameríndias e africanas, ele nos diz, não foram vistas por europeus, mas sim detectadas como um instrumento de acumulação. “Ainda não somos vistos”, afirma Ramose (2018, comunicação pessoal) sobre o continente africano, no plano da política internacional. Nos contextos nacionais, nos planos políticos e pessoais, há grupos sociais que seguem não sendo vistos. Pessoas em situação de rua não são vistas, mas são sempre detectadas como problema. Por isso a questão da visibilidade é relevante para pensar a situação de rua: ora invisível às políticas públicas e à sensibilidade social, ora excessivamente visível às forças repressoras e aos julgamentos sociais.

2 Situação de rua no jornalismo de notícias: metáforas em conexão à representação de atores sociais

A fim de investigar as representações da mídia eletrônica de notícias sobre a população em situação de rua, com foco na análise de discurso crítica e com escopo decolonial (RESENDE, 2019), o grupo de pesquisa que coordeno no Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/CEAM/UnB) conduziu uma investigação documental que incluiu a análise discursiva com auxílio de *software* para análise qualitativa de dados, conforme explicamos em Ramalho, Araújo e Resende (2021).

Com base nas palavras-chave ‘(morador)(a)/(es)(as) + (de rua)’, ‘(pessoas) / (população) + (em situação) / (de rua)’, aplicadas ao buscador de três veículos noticiosos (*Folha de S. Paulo*, *Correio Braziliense* e *O Globo*), foram mapeados e coletados mais de 750 textos publicados sobre a população em situação de rua num período de três anos. Da *Folha de S. Paulo*, foram coletados os 456 textos publicados sobre a população em situação de rua no intervalo considerado (uma discussão pormenorizada dos procedimentos analíticos no *corpus* da *Folha de S. Paulo* (FSP) pode ser acessada em Resende e Mendonça, 2019). O *software* utilizado não faz análises automáticas, sendo uma ferramenta qualitativa; assim, foi necessário proceder à leitura cuidadosa de todos os textos e a sua codificação foi feita manualmente. As ferramentas do *software* foram úteis para a classificação temática dos textos coletados, para a percepção de padrões e recorrências representacionais.

Pela classificação temática, um *corpus* de 105 textos pautando ações e políticas públicas dirigidas à população em situação de rua pôde ser delimitado. Desse *corpus* temático, decidi investigar, por meio de análise subsidiada por *software*, as recorrências e padrões de representação metafórica de políticas públicas e situação de rua. Pretendi, então, por meio de análise discursiva assistida por computador, compreender como metáforas relacionam ação pública e situação de rua nos textos.

No processo de codificação dos dados, foram identificados artigos de opinião, em sequências de respostas, a respeito de um território específico: o largo de São Francisco, região central da cidade em que se situa a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. A polêmica, protagonizada por profissionais da área de Direito – o promotor de Justiça Mauricio Antônio Ribeiro Lopes e os advogados Kleber Luiz Zanchim e Paulo Araujo –, constitui capítulo específico nesse *corpus*.

No transcurso de duas semanas, foram publicados quatro textos sobre situação de rua e políticas públicas no painel “Tendências e Debates”, coluna de opinião de jornalismo participativo da *Folha de S. Paulo*. Publicam-se nesse painel textos enviados em formulário próprio, em que se encontra um convite para colaborar com o jornal e se informa que “[o]s artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo”.

O primeiro texto da série é assinado pelos advogados Kleber Zanchim e Paulo Araújo, identificados respectivamente como “diretor do Viva o Centro” e “professor da FGV-SP”. Esse texto, como indica o título “Os donos do largo de São Francisco”, constrói-se sobretudo com base na metáfora da situação de rua como apropriação privada do espaço público. Pautados nesse argumento, os autores expressam-se contra a distribuição de alimentos na rua, questionam o investimento em serviços de limpeza urbana na região e defendem políticas de indução do uso de albergues da prefeitura. A resposta do promotor de Justiça de São Paulo Maurício Lopes vem dois dias depois. Nela, o promotor aponta o desconhecimento dos dois advogados sobre a complexidade da situação de rua, colocando-se contra o olhar elitizado dos autores que, segundo ele, atentam contra a liberdade sem propor políticas públicas satisfatórias. Na semana seguinte, um terceiro texto assinado pela dupla responde ao promotor; os dois jovens advogados produzem um texto bastante metafórico, em que representam a situação de rua como uma sombria prisão, uma “jaula moral e psicológica”, sugerindo que as pessoas em situação de rua deveriam ser disciplinadas nos albergues. Ao final do texto, cobram de Maurício Lopes o seu projeto. O promotor volta a responder uma semana depois; argumentando que o albergue não é uma solução total para a questão da situação de rua, acusa os dois advogados de buscar apenas aplausos, sustentando ainda que não se pode propor nenhum projeto para a questão da situação de rua sem ouvir as milhares de pessoas que a vivenciam.

Esses quatro textos serão o objeto analítico neste artigo.

2 Sobre metáforas e métodos

Os quatro textos relacionam-se de muitas formas, em jogos de resposta e exercícios de linguagem. Neste esforço analítico, irei apenas olhar para duas categorias: a metáfora e a representação de atores sociais. De ambas sirvo-me livremente, conforme as necessidades que meus dados apontam e sem extrapolá-las nos preciosismos de linguista.

Sobre o estatuto da metáfora na linguagem, Ana Pelosi, Heloisa Feltes e Lynn Cameron (2013, p.39) sustentam que

a linguagem de um modo geral e, especificamente, a metafórica pode ser mais bem entendida se compreendida como um sistema complexo cujas emergências decorrem de uma série de fatores (agentes), internos e externos ao sistema, que compõem o contexto da interação. Ou seja, os aspectos biopsicosociais e cognitivos (...) tais como crenças, valores e atitudes compartilhadas socioculturalmente, as histórias de vida dos indivíduos que participam da discussão, seus estados afetivos, aspectos corpóreos, entre outros, interagem dinamicamente e é a partir deles que metáforas (...) emergem.

Isso é o que justifica a escolha da categoria de metáfora em um projeto dedicado a estudar modos de representação da população em situação de rua em textos de circulação massiva, e o mapeamento amplo de instâncias metafóricas em um *corpus* abrangente tematizando ações e políticas públicas. Quanto à categoria agregada na análise micro deste *corpus* reduzido de quatro textos – a categoria de representação de atores sociais –, justifica-se porque, segundo van Leeuwen (2008), as maneiras como representamos atores sociais em textos podem ser indicativas de posicionamentos ideológicos, ofuscando ou enfatizando a agência de grupos em relação a temas específicos, por exemplo. Atores sociais (no nosso caso, a população em situação de rua, em textos de opinião, assinados e publicados em jornal de grande circulação) podem ser referidos a partir da pressuposição de julgamentos (supostamente compartilhados pela audiência) acerca do que são ou do que fazem.

A categoria de representação de atores sociais não estava presente no desenho inicial da pesquisa de metáforas, por isso o mapeamento das subcategorias propostas no inventário de van Leeuwen (2008) não foi registrado no NVivo –, mas o uso da categoria mostrou-se útil no exercício posterior, da microanálise sequencial que ora apresento. As

subcategorias propostas no amplo inventário de van Leeuwen utilizadas nas análises são as que resumo a seguir.

A *agregação* é um tipo de assimilação na representação de atores em que são quantificados, tratados como dados estatísticos ou modificados por quantificador. Segundo van Leeuwen (1997, p.195), “[a] agregação é muitas vezes utilizada para regular a prática e produzir opinião de consenso”. A *generalização* é um modo de representação que trata atores sociais como classe generalizável, retirando-os simbolicamente do mundo da experiência imediata, por tratá-los como ‘outros’ distantes – a realização linguística desse modo dá-se, segundo o mesmo autor, pelo uso de plural sem artigo, de singular com artigo definido ou indefinido, do presente do indicativo indicando ações habituais ou universais. Outro modo presente nos dados aqui tratados é a *impersonalização por abstração*. Nesse caso, atores sociais são representados por meio de uma qualidade a eles atribuída pela representação. Van Leeuwen (1997) destaca como feitos da impersonalização: encobrir papel e/ ou identidade de atores sociais; acrescentar conotações positivas ou negativas a uma atividade; acrescentar significados conotativos quando as qualidades abstraídas interpretam e avaliam. Por fim, também foi relevante na análise a *identificação relacional*, que apresenta atores sociais em termos de relações que estabelecem com outros atores.

Ao contrário da categoria de representação nesse *corpus*, para a qual procedi análise sequencial, a análise de metáfora foi estrutural (RESENDE, 2008), no planejamento inicial da pesquisa mais ampla. Para manejar no projeto a amplamente discutida categoria de metáfora, apropriei-me de proposta de Charteris-Black (2004), mapeando manualmente as ocorrências de metáforas sobre a situação de rua, a população em situação de rua e as políticas públicas, para depois agrupar essas expressões metafóricas em metáforas conceituais¹ e em chaves conceituais:

metáforas conceituais e *chaves conceituais* são inferências abstratas a partir da evidência linguística fornecida por *metáforas particulares*. (...). O objetivo de inferir *metáforas conceituais* a partir de *metáforas*

¹ Solange Vereza (2021, p.55) adverte, sobre relações entre metáforas de superfície e metáforas conceituais, que alguns mapeamentos de sentido, mesmo apresentando associação com esquemas imagéticos, “podem ser abordados como instâncias de significado literal, em sua dimensão epistêmica, sem necessariamente evocar metáforas conceptuais”. No entanto, a autora sustenta que a recorrência com que metáforas evocam trajetórias, recipientes e outras conexões espaciais pode sinalizar aspecto cognitivo que justifica compreender esses mapeamentos como metáforas conceituais.

de superfície é permitir identificar padrões de inter-relação entre metáforas que explicam seu significado. Da mesma forma, inter-relacionar *metáforas conceituais* através da identificação de *chaves conceituais* pode ajudar a avaliar a coerência de discursos particulares. A identificação e descrição desses níveis conceituais aumenta nossa compreensão de seu papel ideológico (CHARTERIS-BLACK, 2004, p.244).

No modelo analítico que propõe, Charteris-Black (2004) sustenta o argumento da economia analítica, quando defende a vantagem de se considerarem muitas *metáforas particulares* (expressões linguísticas metafóricas) em sua referência a um menor número de *metáforas conceituais* e a um número ainda menor de *chaves conceituais*. No *corpus* de 456 textos da *Folha de S. Paulo*, reduzido para incluir apenas os 105 desses textos que tematizavam ações e políticas públicas, o procedimento analítico recorreu ao *software* NVivo para mapear as metáforas particulares em torno dos temas de interesse (situação de rua, políticas públicas e território urbano). Em seguida, pela leitura atenta, foram formulados os agrupamentos em metáforas conceituais e chaves conceituais.

Nesse mapeamento de metáforas não foram consideradas as chamadas metáforas convencionais, metáforas automáticas que embora possamos reconhecer como metáforas em um sentido amplo, acrescentam pouco à análise, por seu caráter automatizado de uso em colocações. Foram mapeadas apenas as metáforas referentes aos temas de interesse (ação e políticas públicas e situação de rua); metáforas referentes a outros temas no *corpus* não entraram no mapeamento, preservando a atenção no foco específico da pesquisa e favorecendo a composição de um *corpus* de metáforas homogêneo e relevante aos fins da pesquisa.

O primeiro passo para a utilização do *software* escolhido foi criar uma estrutura de nós (categorias) para codificação inicial dos dados. Os nós analíticos iniciais foram de dois tipos: os nós temáticos de preenchimento indutivo sequencial à leitura dos textos (sobre que temas as metáforas tratam), e os nós motivados pelas teorias de metáfora estudadas (domínio básico, esquema de imagem e metáfora complexa). A respeito da tipologia para o estudo de metáforas, Dancygier (2016) sustenta que metáforas primárias estão enraizadas em nossa experiência básica e servem de base para metáforas mais complexas, distinguindo metáforas de domínio básico e metáforas complexas, categorias utilizadas na codificação. As metáforas de domínio básico dizem respeito a sensações liga-

das ao espaço, à matéria, à temperatura – experiências que servem como *input* para mapeamentos de experiências mais abstratas, gerando metáforas conceituais. Os esquemas de imagem foram os mapeamentos metafóricos mais relevantes no *corpus*, tipo mais específico de metáfora básica em que a fonte de mapeamento para domínios abstratos deriva da interação corporal cotidiana no mundo físico, gerando interpretações de experiência baseadas em esquemas de contenção (entrada/ saída; dentro/ fora; centro/ periferia), esquemas de orientação (embaixo/ em cima; na frente/ atrás) e esquemas de movimento (fonte, meta, caminho).

O *software* utilizado não faz análises automáticas, sendo uma ferramenta qualitativa. Assim, foi necessário proceder à leitura cuidadosa de todos os 105 textos e a sua codificação foi feita manualmente. Nesse processo, foram indutivamente levantados os nós temáticos, com o objetivo de depois poder cruzar os temas representados por metáforas e os tipos de metáforas discutidos nas teorias e mapeados no *corpus*. Dessa leitura cuidadosa derivou o olhar destacado aos quatro textos considerados para este artigo e às relações dialógicas (VOLÓCHINOV, 2018) que entre si estabelecem.

A tabela a seguir, mostra as 17 metáforas conceituais a que cheguei a partir das 51 expressões metafóricas mapeadas nos quatro textos.

	Texto 1	Texto 2	Texto 3	Texto 4
O SOCIAL É UM LUGAR				1
POLÍTICA PÚBLICA É CAMINHO			1	1
POLÍTICA PÚBLICA É OÁSIS NO DESERTO				1
POLÍTICA PÚBLICA OU SITUAÇÃO DE RUA É GUERRA OU DESAFIO			1	
PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA É DONO DA RUA	7		1	
PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA É OBJETO	1	2		1
PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA É PERIGO	1			
PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA É PROBLEMA				2
PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA OU SITUAÇÃO DE RUA É SUJEIRA	3		3	
SITUAÇÃO DE RUA É ABANDONO SOCIAL		1	2	
SITUAÇÃO DE RUA É ESPAÇO	3	2	2	
SITUAÇÃO DE RUA É ESTAR SEM RUMO OU PERDIDO	2		3	1
SITUAÇÃO DE RUA É HOSPEDARIA, MORADIA, ALUGUEL	2			
SITUAÇÃO DE RUA É PRISÃO OU BURACO	1		2	1
SITUAÇÃO DE RUA É LIBERDADE		1		
SITUAÇÃO DE RUA É MARCA				1

SITUAÇÃO DE RUA É SER VIVO	1			
	21	6	15	9

Na próxima seção, os quatro textos serão analisados em termos dessas metáforas conceituais e suas relações temáticas.

3 Colonialidade do ser e situação de rua: a polêmica do Largo

As metáforas sobre a população em situação de rua no primeiro texto da série se confundem com aquelas sobre o território, já que as pessoas em situação de rua são representadas metaforicamente como ‘donas’ da rua. O espaço público representado como território privado permite a representação da população em situação de rua como usurpadora desse território. O largo, então, pode ser referido como “lotes”, “propriedades”, “hospedaria a céu aberto”, e as pessoas em situação de rua podem ser referidas, tal qual no título do texto, como “Os donos do largo de São Francisco”, que “tornam seu o que deveria ser de todos”. O quadro a seguir organiza alguns exemplos, em que uma expressão metafórica exemplifica cada metáfora conceitual depreendida no texto.

<i>Texto 1 – “Os donos do largo”²</i>	
PSR É DONO DA RUA	A ampla calçada em frente à Faculdade de Direito (...) tem donos
PSR É OBJETO	dezenas de pessoas amontoadas
PSR É PERIGO	A segurança deles afasta os demais transeuntes
PSR É SUJEIRA	o cenário se repete: lixo, dejetos e dezenas de pessoas
SR É ESPAÇO	A maioria se afasta o máximo possível dos "lotes" ocupados
SR É ESTAR SEM RUMO	como numa cena de "Ensaio Sobre a Cegueira"
SR É HOSPEDARIA	se tornou, portanto, uma hospedaria a céu aberto
SR É PRISÃO OU BURACO	As doações (...) enterram os indivíduos na situação em que se encontram
SR É SER VIVO	os doadores (...) alimentam a situação de rua

Qualquer intervenção de setores sociais em benefício da população em situação de rua é interdita, por meio de sua representação metafórica: “As doações (...) enterram os indivíduos na situação em que se encontram”, “os doadores (...) alimentam a situação de rua”. A solução aventada, então, é “desmobilizar massas”, o que pode ser lido como

² Para não sobrecarregar as células dos quadros analíticos, utilizo nos quadros desta seção as seguintes siglas: SR para situação de rua; PSR para população em situação de rua; PP para política pública.

torná-las ‘imóveis’, restringindo seu livre movimento na cidade. Essa interpretação é coerente com o foco territorial da situação de rua no texto.

O “Território Livre”, como os autores se referem ao Largo, não é livre para toda gente. Certos movimentos são representados como devendo ser limitados, em nome do livre movimento de outras populações. A fim de justificar essa perspectiva, constroem um “cenário” que “se repete”, e assim o início do texto se organiza em relações de espaço-tempo associadas a ações em que a representação da população em situação de rua dá-se por agregação e abstração:

<i>Texto 1 – “Os donos do largo”</i>	
por todo o dia	por volta de 30 pessoas ocupam a área
à noite	somam-se mais umas 50 cada qual com seu espaço
às 7h da manhã	o cenário se repete
perto das 8h	a prefeitura passa com seu caminhão de água de reuso
seco o chão	parte do grupo retorna e parte se distribui pelas calçadas laterais
o dia passa	numa sequência de mendicância, brigas eventuais e até consumo de drogas
ao anoitecer	um contingente enorme se reúne
madrugada a dentro	para retomar o ciclo

Segundo os autores, isso “traduz a rotina de um dos locais mais importantes da história de São Paulo”, o que reforça o foco no espaço e não nas vidas das pessoas, já que não se trata da ‘rotina de uma população’, mas da rotina de um local. Para os autores, “o mais desesperador é ver essa realidade evoluindo ao lado do Ministério Público, da Secretaria de Segurança Pública, do Tribunal de Justiça e da sede da Prefeitura Municipal”, o que novamente não deixa dúvida sobre as lentes territoriais que usam para tratar o tema da rua.

A metáfora da situação de rua como propriedade serve para ocultar a contradição basilar do texto. Percebendo a própria contradição, e prevendo respostas, os autores deixam vários indícios de que percebem caminhar sobre uma corda bamba ética, por exemplo, quando reconhecem que “O texto parece frio e cruel”, ou quando afirmam que “Estranhamente, não se fala disso. Talvez por medo da acusação de preconceito, ‘higienismo’ ou outros ‘ismos’ destinados a desqualificar o orador”, ou ainda quando se traem nos sentidos ativados pela negação e pelo mitigador em “Não se trata de internação compulsória ou outras medidas do gênero. Trata-se apenas de desmobilizar massas”.

Quanto à representação de atores sociais, este primeiro texto da série representa pessoas em situação de rua pela metáfora de “donos do largo”, como já vimos, e também por várias estruturas de agregação: “por volta de 30 pessoas”, “somam-se mais umas 50”, “um contingente enorme”, “dezenas de pessoas”. Essas estruturas aniquilam a individualidade, pois nesse tipo de representação não há reconhecimento de subjetividades.

A representação da população em situação de rua neste texto também se dá por objetificação em assimilação com lixo e dejetos reforçada por metáforas espaciais (amontoadas, aglomeração):

<i>Texto 1 – “Os donos do largo”</i>
lixo, dejetos e dezenas de pessoas amontoadas em suas últimas horas de sono
para retomar o ciclo: lixo, dejetos e aglomeração

A justaposição de lixo e dejetos com os seres humanos, repetida nos dois exemplos, constrói identidade entre os elementos justapostos, o que acarreta avaliação negativa da população em situação de rua e sua objetificação.

A identificação relacional no texto acontece por meio de proscricção e prescrição de condutas: são proscritas à sociedade as relações de solidariedade, como já vimos sobre o tema das doações, e prescritas ao poder público as ações de recolhimento:

<i>Texto 1 – “Os donos do largo”</i>
doar dinheiro, roupas ou alimentos na rua não ajudará a transformar as pessoas
indução ininterrupta (...) aos moradores de rua para que acessem o sistema de assistência

Nesses casos, os autores fazem uso de eufemismos que ocultam sentidos questionáveis de sua representação: o que se pretende é “transformar as pessoas” ou impedir que permaneçam nesse território? As pessoas precisam ser transformadas? Ou antes o sistema econômico e político que garante oportunidades apenas para uma parte da população? O que exatamente significa neste texto acessar o sistema de assistência? Ser assistido efetivamente ou ser recolhido, ocultado, em um albergue?

Essas questões são captadas pelo promotor de Justiça de São Paulo Maurício Lopes, que assina texto em resposta apenas dois dias depois. O texto “Ao próximo, o

Largo” faz referências explícitas aos dois advogados e os interpela várias vezes. Afirmando que o objetivo “não é desqualificar o orador”, o que responde diretamente ao primeiro texto, o promotor é bastante direto ao apontar a ignorância a respeito do tema em debate. Para ele, “Os que falam de albergue como solução mostram desconhecer de tudo um pouco e de um pouco tudo”, e então denuncia semelhança entre “os incomodados com os moradores de rua” e os “moradores de Higienópolis” e “de Pinheiros”, em referência a episódios de demandas higienistas da elite paulistana.

A representação da população em situação de rua dá-se pelo singular generalizante “o próximo”, no título, e também pela assimilação “de dependentes de crack, de moradores de rua e de miseráveis em geral”. Mas o aspecto central da representação de atores sociais nesse texto é uma reiterada oposição entre a população em situação de rua e a elite:

<i>Texto 2 – “Ao próximo, o largo”</i>
os incomodados com os moradores de rua
os pobres longe da vista da elite
O que incomodou os jovens doutores que escreveram o artigo de terça-feira foi a ocupação do largo, digamos, ‘por essa gente diferente’
esperam simplesmente que o Leviatã arregace as suas mangas e deposite essas pessoas em qualquer lugar longe da vista da elite?

Essa oposição representacional é central na argumentação do autor, e especialmente na forma como desconstrói os argumentos do texto a que responde: “para quem é inaceitável a situação de rua? Para os incomodados com a própria miséria ou para os que são incomodados com a miséria alheia?”. Também é explícita a referência aos dois advogados nos jogos de linguagem com que o promotor reforça sua argumentação em verdadeiros reproches aos argumentos de Zachim e Araújo:

<i>Texto 2 – “Ao próximo, o largo”</i>
quando é imperioso que se faça alguma coisa, (...) não podemos nos contentar quando se faz qualquer coisa - e não devemos aceitar quando se faz a pior coisa
não é medida que se deva ousar pensar, ousar dizer e menos ainda ousar escrever

O promotor captura do primeiro texto o cerceamento da mobilidade da população em situação de rua e a sugestão de sua imobilidade (em albergues) como solução, quando

se pergunta se a solução seria “depositar os pobres longe da vista da elite”. A metáfora do depósito reinterpreta os abrigos da prefeitura como política de ocultação/constrangimento. A seguir, o quadro que exemplifica uma expressão metafórica de cada metáfora conceitual identificada no segundo texto da série.

<i>Texto 2 – “Ao próximo, o largo”</i>	
PSR É OBJETO	Depositar os pobres longe da vista da elite?
SR É ABANDONO SOCIAL	uma política pública que satisfaça realmente os anos de abandono social
SR É ESPAÇO	presença de moradores de rua na área
SR É LIBERDADE	uma vida que se acostumou à liberdade total

O albergue é referido nesse segundo texto como “a aniquilação da última reserva da personalidade” e “um banho de regras para uma vida que se acostumou à liberdade total” – este último aspecto será o eixo da resposta dos advogados. O terceiro texto da série retoma o segundo já no título, “Viver na rua não é viver em liberdade”. Os autores também retomam a diferença social que organiza o texto anterior, para ressaltar que tanto eles quanto o promotor pertencem à elite, uma forma mais ou menos velada de pôr em questão o eixo central do segundo texto. Fazem isso por meio de metáforas de luz e sombra, e de presente e futuro, que constroem um pressuposto de incapacidade de pessoas em situação de rua:

<i>Texto 3 – “Viver na rua não é viver em liberdade”</i>
O amanhã aparecia luminoso diante de seus olhos, incentivando-o a moldar seu presente e seu futuro. Essa é uma das grandes diferenças entre ele [Maurício Lopes] e os abandonados das vias públicas, inclusive os do largo de São Francisco
Para eles, o horizonte é estreito. O amanhã, sombrio.
Ao contrário de Ribeiro Lopes ou de nós, esse indivíduo não consegue projetar o porvir.

Ainda que neste segundo texto da dupla de advogados a representação da população em situação de rua seja menos diretamente agressiva, segue reificando a situação de rua, seja por meio do singular generalizante (“morador de rua”, “esse indivíduo”), de objetificação (“a questão dos moradores de rua do centro de São Paulo”, “o problema”, “a sujeira”), de adjetivos deverbais (“os abandonados”, “esses desamparados”). Os autores também voltam à metáfora de apropriação do espaço público que regeu o primeiro texto da sequência e acrescentam novas metáforas, como as exemplificadas a seguir:

<i>Texto 3 – “Viver na rua não é viver em liberdade”</i>	
PP É CAMINHO	Se os albergues não são perfeitos, são ao menos uma porta de entrada no sistema de assistência social.
PP É GUERRA	parte importante do que temos disponível para enfrentar o problema
PSR É DONO DA RUA	ninguém pode se apropriar do espaço público
PSR É SUJEIRA	mais de duas toneladas de fezes estariam nas ruas, exigindo ainda mais água para limpar a sujeira
SR É ABANDONO SOCIAL	os abandonados das vias públicas
SR É ESPAÇO	Para eles, o horizonte é estreito.
SR É ESTAR SEM RUMO	restaurando paulatinamente seu valor como pessoas produtivas e donas do curso da sua história
SR É JAULA OU CORRENTE	precisamos induzi-los a sair da jaula moral e psicológica da rua

Essas metáforas reafirmam o pressuposto da incapacidade, ao evocar o estreito e o sombrio, a prisão, a jaula, a corrente. Nesta última ocorrência no quadro, da metáfora da prisão, a divisão de classes é novamente articulada, com uma nova nuance: a de que as pessoas em situação de rua precisariam ser induzidas por esse ‘nós’ que representa a elite para a solução de seu problema, mas sem que sejam ouvidas ou consideradas em nenhum momento.

Esse será o gancho para a resposta no último texto, intitulado “E la nave va, mas para onde?” e assinado por Maurício Lopes, que reconhece a violência epistêmica, e mesmo o epistemicídio, na incapacidade da dupla de advogados de perceber que a população em situação de rua tem também opiniões, conhecimentos e perspectivas que não poderiam ser ignoradas no debate: “Emprestar as suas vozes para fazer coro ao que imaginam que o povo em situação de rua quer cantar é impor a sua partitura sem ouvir deles nenhuma nota”. Assim, este texto questiona a abstração generalizante: “Engana-se quem pensa que São Paulo tem um problema relacionado aos moradores de rua. Tem 13.666 problemas”. É nessa direção que Maurício Lopes encerra seu texto: “Os doutores terminam o artigo cobrando o meu projeto. O projeto não pode ser meu. Urge que sejam projetos de 13.666 pessoas”, demandando o reconhecimento das pessoas em situação de rua como sujeitos cognoscentes.

As metáforas construídas nesse último texto da série são quase sempre retomadas mais ou menos explícitas dos sentidos já expressos ou evocados nos textos anteriores, seja por recuperar sentidos metafóricos antes dados, ou por construir novas metáforas a partir dos ganchos deixados nos textos a que responde.

<i>Texto 4 – “E la nave va, mas para onde?”</i>	
O SOCIAL É UM LUGAR	Só há possibilidade de inclusão diante dessa compreensão
PP É CAMINHO	Se os albergues podem ser um passo (não discordo, em tese), será que ao menos a direção está certa para todos?
PP É OÁSIS NO DESERTO	As tendas de atendimento formam um oásis no deserto social da atual administração
PSR É OBJETO	as pessoas que os doutores querem ver depositadas em albergues.
PSR É PROBLEMA	Engana-se quem pensa que São Paulo tem um problema relacionado aos moradores de rua. Tem 13.666 problemas, segundo o censo da Fipe de 2010.
SR É ESTAR SEM RUMO	Depois de dois anos em situação de rua, são praticamente irresgatáveis pelos métodos já experimentados
SR É JAULA OU CORRENTE	quem acha que a jaula é moral e não econômica
SR É MARCA	Não é porque sempre os acompanharam "o não, o nada, o nunca" que se tornaram qualquer um e, portanto, qualquer coisa basta.

Um sentido que aparece neste texto sem ter sido antes evocado, e que chama atenção, é o da pessoa em situação de rua como problema, em “[São Paulo] Tem 13.666 problemas, segundo o censo da Fipe de 2010”. Essa é uma representação por abstração, que contrasta com o reconhecimento subjetivo da população em situação de rua de que tratei antes. Se olharmos a evolução da representação da população em situação de rua ao longo desse texto, vemos que sua abstração como problema cumpre um arranjo argumentativo que culmina em “13.666 pessoas”, que é como o texto se encerra. Assim, há um reforço da individualidade, há ênfase na trajetória individual de vivência na rua, o argumento que sustenta a ineficácia do albergue como única política, como solução total:

<i>Texto 4 – “E la nave va, mas para onde?”</i>
o povo em situação de rua
13.666 problemas
Cada homem, mulher, criança ou adolescente foi levado à rua por uma razão distinta
Não é porque sempre os acompanharam "o não, o nada, o nunca" que se tornaram qualquer um e, portanto, qualquer coisa basta.
as pessoas que os doutores querem ver depositadas em albergues.
as pessoas que estão no largo
13.666 pessoas.

Isso pode parecer banal, mas não é. Representações desumanizantes são a regra no jornalismo sobre a situação de rua, como mostraram pesquisas anteriores, e é por isso que sentidos como os expressos pela dupla de advogados que iniciou esse debate passam muitas vezes despercebidos. Pessoas em situação de rua muitas vezes deixam de ser percebidas como pessoas: nos termos de Ramose (2018), não são vistas, mas detectadas.

A relação entre o espaço urbano e o simbólico mediatizado define, para Rita Segato (2006), um plano simbólico de ordenação de sentido. Dorren Massey (2009) propõe uma conceituação de espaço como produto de relações – o que inclui, ela lembra, a ausência de relações. O espaço é então dimensão de coexistência de diferenças na simultaneidade, que está sempre em processo, sempre em construção, já que a produção do espaço é uma tarefa política. As concepções de Segato e de Massey abrem uma complexidade em que o espaço não se concebe como mero cenário, como fixo e dado, como campo do já realizado; ao contrário, é continuamente em processo, produto mutável de relações e trocas, e portanto também de sentidos e de atribuições simbólicas.

O espaço como território é dependente da representação, da “apreensão discursiva do espaço”, que se define como “delimitação, classificação, uso, distribuição, defesa e, muito especialmente, identificação” (SEGATO, 2006, p.129). A representação inclui ação e sujeitos: por isso, o território “não é qualquer lugar, é espaço apropriado, traçado, recorrido, delimitado (...) marcado por identidade e presença, e, portanto, indissociável das categorias de domínio e poder” (SEGATO, 2006, p.130), e da própria ideia de fronteira, de negação, de alteridade. No caso do largo de São Francisco, a disputa sobre a legitimidade do uso do território dá-se também no valor simbólico das Arcadas da Faculdade de Direito da USP, cenário de reconhecimento e de negação. Trata-se então de pertencimentos, autorizações de trânsito e permanência, e respectivas negações.

Considerações para terminar

As metáforas em torno da situação de rua e das políticas públicas, e os modos de representação da população em situação de rua no conjunto de textos analisado apontam disputas em torno de possibilidades de uso do território urbano por diferentes populações, sua permanência e mobilidade. A ideologia do cidadanismo é muitas vezes conclamada quando se trata de justificar desautorizações de uso da cidade a certos grupos. A oposição contra grupos sociais avaliados como ‘incivilizados’ serve de justificativa para sua segregação, seu deslocamento forçado, a restrição de sua liberdade – como no caso do terceiro texto desta série, quando refere disciplinamento como o papel dos albergues.

A cidade revanchista se volta contra parcelas da população cujo direito à cidade parece um absurdo impensável: só podem ser enxergadas como usurpadoras de espaços

pertencentes a outros grupos (SMITH, 2012). Esses sentidos são certamente questionáveis pela lógica da equidade, mas naturalizados e expressos sem pudor. Sobre direitos humanos, humanidade e equidade, Ramose (2010, p.198-9) nos relembra que

os seres humanos têm valor igual no tocante à sua humanidade. No seu sentido mais fundamental, nenhum ser humano singular possui um direito à vida superior ou exclusivo em relação a outros seres humanos. (...) Devido à escassez, regras de distribuição devem ser formuladas e cumpridas, visando satisfazer cada uma e todas as reivindicações individuais ao direito à vida. Sem tal regulamentação, o mais poderoso ou astuto entre os indivíduos será capaz de satisfazer as demandas de seu direito à vida, mas sempre em detrimento dos mais fracos. A justiça distributiva requer, portanto, regras de distribuição dos recursos necessários à manutenção da vida, pois a vida de cada indivíduo tem sempre igual valor a qualquer outra vida humana.

Para Ramose (2018), pensar o ser humano primeiro deveria ser uma ética básica, mas a lei, ele sustenta, já não é guardiã dos direitos; é mantenedora do dever de obediência a ideologias que sustentam privilégios ao lado da escassez, o abuso da sobra ao lado da carência. É isso o que justifica um foco no território quando se está diante do sofrimento, da negação, da rotineira violência e da violação de direitos.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq e à CAPES os apoios recebidos no âmbito de projetos de pesquisa que levaram à produção deste artigo. Agradeço a parceria da equipe de pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

REFERÊNCIAS

ÁVILLA, H.; MOLINA, L. A situação de rua como problemática social estrutural nas cidades. *In*: RESENDE, V. M.; SILVA, R. B. (Org.) *Diálogos sobre resistência*. Campinas: Pontes, 2017. p.59-86.

CHARTERIS-BLACK, J. *Corpus Approaches for Critical Metaphor Analysis*. London: Palgrave, 2004.

COLLINS, P.H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, 31 (1), 2016, vol.31, n.1, pp.99-127. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>

- DANCYGIER, B. Figurativeness, Conceptual Metaphor, and Blending. In: E. Semino; Z. Demjén. *The Routledge Handbook of Metaphor and Language*. Londres: Routledge, 2016. p.28-41.
- FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: UFBA, 2015.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpos e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorex. São Paulo: Elefante, 2017.
- GROSGOUEL, R. Palestra no Painel 3 “Um outro mundo é possível”. Colóquio pelos 40 anos do CES. *A imaginação do futuro. Saberes, experiências, alternativas*. Coimbra, novembro de 2018.
- MALDONADO-TORRES, N. On the Coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept. *Cultural Studies*. 21, 2007, pp.240-70.
- MAMA, A. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: Sousa Santos, B.; Menezes, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.603-637.
- MASSEY, D. Concepts of Space and Power in Theory and in Political Practice. *Doc. Anál. Geogr.* 55, 2009. p.15-26.
- MENDONÇA, D. G. População em situação de rua: como as ações e políticas públicas são representadas na *Folha de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, 2019.
- PELOSI, A. C.; FELTES, H. P.M.; CAMERON, L. A influência da mídia no discurso de vítimas de violência urbana em Fortaleza-Ceará-Brasil, *Signo*, v. 38, n. 65, p.38-53, 2013. <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/4545>
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.84-130.
- RAMALHO, I. S.; ARAÚJO, C. L.; RESENDE, V. M. Contribuições do uso do *software* NVivo em pesquisa discursiva crítica. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 22, p.173-188, 2021. <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/34038>
- RAMOSE, M. Globalização e Ubuntu. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.175-220.
- RAMOSE, M. Palestra no Painel 2 “Pensar o contemporâneo”. Colóquio pelos 40 anos do CES. *A imaginação do futuro*. Saberes, experiências, alternativas. Coimbra, novembro de 2018.
- RESENDE, V. M. Análise de discurso crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, 2008.
- RESENDE, V. M. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: V. M. Resende. (Org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes, 2019. p.19-46.
- RESENDE, V. M.; MENDONÇA, D. G. População em situação de rua e políticas públicas: representações na *Folha de São Paulo*. *DELTA. Documentação de Estudos em*

Linguística Teórica e Aplicada, v. 35, p.e2019350413, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/delta/a/YJvBX8ShDWhBgh76qpf8Psr/?lang=pt>

RESENDE, V. M.; RAMALHO, I. S. Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no Correio Web. *Calidoscópio*, 15 (3), 2017, p.529-541. <http://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2017.153.11>

SEGATO, R. En busca de un léxico para teorizar la experiencia territorial contemporânea. *Politika. Revista de Ciencias Sociales*, 2, 2006, p.129-148. <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/9155>

SMITH, N. *La nueva frontera urbana: ciudad revanchista y gentrificación*. Madrid: Traficantes de sueños, 2012.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.31-83.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: E. R. PEDRO (Org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sócio-política e funcional*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p.169-222.

VAN LEEUWEN, T. *Discourse and Practice. New Tools for Critical Discourse Analysis*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

VEREZA, S. C. A metáfora na linha de frente: mapeamentos de guerra na conceptualização da pandemia de covid-19. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 69, p.52-89, 2021. <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/44288/24465>

VAN DIJK, T. *Society and Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

VERGER, F. The Price We Pay to Be Humanised. Conferência no Colóquio pelos 40 anos do CES. *A imaginação do futuro. Saberes, experiências, alternativas*. Coimbra, novembro de 2018.

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

Recebido em 22/10/2021

Aprovado em 02/06/2022

Pareceres

Parecer I

O artigo “Direito contra direitos? Uma polêmica do Largo de São Francisco na Folha de S. Paulo: reflexões crítico-discursivas” investiga o papel da metáfora, associada às formas de representação de atores sociais, na construção midiática da situação de rua, mais especificamente das políticas públicas voltadas a esse grupo.

Em primeiro lugar, é importante destacar a relevância social do objeto. Em segundo lugar, é relevante ressaltar a sagaz articulação entre o trabalho com metáforas e com representação de atores sociais, procedimento ainda não muito comum em termos do aparato analítico crítico-discursivo. Em terceiro lugar, o diálogo com o arcabouço dos estudos decoloniais permite compreender o objeto por novas lentes, lentes essas mais ajustadas à realidade latino-americana e brasileira. Com isso, já quero deixar explícita minha atitude favorável à publicação do texto. Contudo, acredito que, para que a contribuição possa ser maximizada, seja necessário realizar alguns ajustes – dentre eles, algumas restrições (dois primeiros pontos), algumas sugestões (dois últimos). Passo a essa discussão:

1. Ainda que a categoria analítica central do trabalho seja a metáfora, as reflexões concernentes à representação dos atores sociais, conforme (ou largamente inspirada em) van Leeuwen, ocupa papel relevante, inclusive no tocante às conclusões da análise. Contudo, a mobilização desse aparato não é mencionada no resumo; o próprio aparato não é discutido no artigo. Muito menos se debatem as formas de articulação com o estudo da metáfora e a produtividade de tal combinação. Nesse sentido, parece-nos fundamental que o artigo:

a. desenvolva uma seção metodológica que explicita:

i. o procedimento de análise de metáforas (elas estão apreendidas, mas não há uma discussão de como foi feita a análise nos diferentes níveis propostos: metáforas particulares, metáforas conceituais e chaves conceituais). Creio que seja suficiente mostrar um ou dois casos;

ii. a produtividade da articulação com a proposta de van Leeuwen e a defina minimamente. Quanto às categorias propriamente ditas, como abstração, agregação, dentre outras, acredito que elas possam ser definidas em nota de rodapé ao longo da análise.

b. realize um diálogo com a vasta produção que temos no Brasil sobre metáfora, apagamento que não parece ser justificado no artigo, não só por se tratar de pesquisa em ciência crítica em contexto latino-americano e brasileiro, mas principalmente porque muito se discute atualmente no país sobre o estatuto cognitivo e discursivo das metáforas. Dentre tais discussões, destaco as que se realizam sobre as limitações da noção de metáfora conceptual, sobre a produtividade de conceitos correlatos, como metáfora situada, metáfora distribuída, metáfora deliberada, bem como sobre diferentes metodologias de análise. São relevantes, nessa direção, trabalhos de Solange Vereza, Dalby Dienstbach, Argus Morais, Paulo Segundo, Lucienne Espíndola, Renata Palumbo, Ana Pelosi, dentre outros. Os trabalhos de tais pesquisadores e pesquisadoras não precisam, é claro, ser todos discutidos ou mencionados, mas o apagamento sistemático – para usar uma categoria de van Leeuwen – pode trazer conotações que certamente a autoria do artigo não almeja.

2. É essencial que o artigo passe por uma revisão textual, especialmente em termos de coesão. Há períodos a serem ajustados desde o resumo. Além disso, há também citações diretas sem inclusão de número de página. Por fim, apesar de o arcabouço de van Leeuwen ser recuperado, ainda que indiretamente, não há sequer menção a ele no artigo e, por conseguinte, nas referências. Sugiro que isso fique mais explícito, mesmo que tais categorias já tenham entrado praticamente no “senso comum” do analítica de discurso crítico. Certamente, dada a qualidade das reflexões do artigo, proceder a esses ajustes formais não será um problema para a autoria.

3. Em termos analíticos, o trabalho apresenta muita qualidade. As metáforas apreendidas são coerentes; as interpretações discursivas realizadas a partir delas, especialmente na sua articulação com formas de representação de atores sociais, relevam maturidade do/a pesquisador/a; o diálogo com a discussão sociológica é realizado produtivamente; logo, o texto avança nosso conhecimento sobre a situação de rua e descortina aspectos ideológicos importantes do debate público sobre políticas públicas orientadas a tal segmento. Isso é muito relevante! Uma mera sugestão é que a autoria negocie com o leitor o significado das siglas que aparecem durante a análise (PP,

PSR, dentre outras). É claro que é possível inferir dos dados do primeiro quadro, mas parece-me importante que seja anunciado para que a leitura fique mais fluida.

4. Sugiro também que as considerações finais articulem, de forma mais sistemática, a discussão lá empreendida com a análise efetivamente realizada a partir do estudo das metáforas.

Isso posto, considero o artigo aprovado com restrições. Disponho-me a uma nova leitura, caso a equipe editorial julgue necessário. APROVADO COM RESTRIÇÕES

Paulo Roberto Gonçalves Segundo – <https://orcid.org/0000-0002-5592-8098>; paulosegundo@usp.br; Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Parecer II

O título do artigo “Direito contra direitos? Uma polêmica do Largo de São Francisco na *Folha de S. Paulo*: reflexões crítico-discursivas” é adequado à discussão realizada no trabalho.

O objetivo do trabalho, atrelado ao propósito desenvolvido pelo grupo de pesquisa (“investigar as representações da mídia eletrônica de notícias sobre a população em situação de rua, com foco na análise de discurso crítica”), é apresentado na seção 2 do artigo. Tal finalidade da pesquisa é bastante coerente com o desenvolvimento realizado no texto, que busca realizar uma investigação em textos midiáticos publicados, em específico pela *Folha de S. Paulo*, sobre a população em situação de rua no Largo de São Francisco, em São Paulo. Acredito, apenas, que o objetivo poderia ficar um pouco mais explícito no resumo do trabalho. O primeiro período do resumo, que procura expor esse propósito, precisa ser revisto e, possivelmente, reelaborado.

O artigo apresenta originalidade de reflexão no tocante à temática atrelada aos estudos críticos do discurso. Os passos metodológicos traçados para a realização da pesquisa – muito bem delimitados, apresentando as categorias analíticas (metáfora e representação de atores sociais) – demonstram a contribuição dos estudos críticos do discurso e da análise interdiscursiva de políticas públicas para o campo de conhecimento científico.

Há um cuidado em se demonstrar um conhecimento atualizado do tema proposto, apresentando, mais detalhadamente, uma seção teórica muito sólida e consistente, que trata sobre “Colonialidade, modernidade e discurso”, com bibliografias pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, o artigo apresenta muita clareza e objetividade. Os processos de correção são cuidadosamente realizados, de modo que temos um trabalho adequado ao rigor de uma linguagem requerida em artigo científico. O trabalho, com isso, faz uso de uma linguagem técnica e científica e de uma linguagem padrão do português, sob o ponto de vista da gramática normativa. Em relação ao cumprimento das normas da ABNT, ele atende muito bem aos principais requisitos.

Lilian Noêmia Torres de Melo Guimarães – <https://orcid.org/0000-0003-3743-2256>; lilian.noemia@gmail.com; Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica Serra Talhada, Serra Talhada, Pernambuco, Brasil.

Parecer editorial

Considerando os pareceres acima o artigo está APROVADO COM RESTRIÇÕES. Solicitamos que os autores observem as restrições (e sugestões) do primeiro parecerista e reencaminhem o artigo para o email da revista até 07-03-2022.

Parecer III

Trata-se de segunda avaliação sobre o artigo. No primeiro parecer, havia sido solicitado o seguinte: (i) detalhamento do procedimento de análise de metáforas; (ii) inclusão de uma discussão sobre o arcabouço de van Leeuwen (2008) referente à representação dos atores sociais; (iii) inserção de referencial bibliográfico nacional sobre estudos de metáfora; (iv) construção de um diálogo mais estreito, nas considerações finais, entre a discussão "social" e os padrões metafóricos encontrados; (v) revisão textual.

Todos os pontos elencados por este parecerista foram plenamente atendidos pela autoria de forma satisfatória.

Nesse sentido, sou favorável à publicação do texto sem ressalva alguma. Novamente, parabênizo a autoria por tão importante pesquisa.

Paulo Roberto Gonçalves Segundo – <https://orcid.org/0000-0002-5592-8098>; paulosegundo@usp.br; Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, São Paulo, São Paulo, Brasil.